



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
Gabinete da Vereadora Cecília Meireles Ferreira (PRD)

Emenda Modificativa ____/2025

Emenda ao Projeto de Lei Nº 215/2025 – que
Estabelece os Componentes Municipais do Sistema
Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional –
SISAN, Criado Pela Lei Federal Nº11.346, de 15 de
setembro de 2006.

Altera a redação do inciso II do §1º do Art. 7º, que passa a vigorar com a
seguinte redação, e acrescenta o §6º:

II – 2/3 (dois terços) de representantes da sociedade civil, titulares e suplentes,
escolhidos a partir de critérios construídos com a participação da sociedade
civil e publicizados, que deverão garantir, no mínimo, a representação de
segmentos como: **entidades de produtores rurais/agricultura familiar**,
trabalhadores urbanos, organizações de assistência social e defesa dos
direitos humanos.

§6º O regulamento do COMSEA deverá prever mecanismos para assegurar a
participação e representatividade de grupos em situação de vulnerabilidade e
de minorias sociais, como a população LGBTQIA+ e as comunidades
tradicionais, na discussão da Política Municipal de Segurança Alimentar e
Nutricional.

Montes Claros – MG, 25 de novembro de 2025.

Cecília Meireles Ferreira
Vereadora

Cecilia Meireles Ferreira
Cec: Protetora

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECEB.
25 / 11 / 2025	
HORAS 14h	
ASS: K.R. Bolding	



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
Gabinete da Vereadora Cecília Meireles Ferreira (PRD)
JUSTIFICATIVA

A presente Emenda Modificativa visa aprimorar a estrutura e a representatividade do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), garantindo que sua composição e seu funcionamento reflitam, de maneira mais efetiva, os princípios constitucionais da **democracia participativa, da transparência e da inclusão social**.

No que tange ao Inciso II do §1º do Art. 7º, a alteração é fundamental para conferir um caráter **garantista** à participação da sociedade civil. Ao exigir que os critérios de escolha assegurem, **no mínimo**, a representação de segmentos como **produtores rurais/agricultura familiar, trabalhadores urbanos, organizações de assistência social e defesa dos direitos humanos**, garante-se que o COMSEA conte com a expertise e a voz direta dos grupos essenciais para a produção, o acesso e a superação da vulnerabilidade alimentar.

A **inclusão do novo §6º** é um avanço crucial para a legislação municipal. Em consonância com os objetivos fundamentais da República de **promover o bem de todos e combater a discriminação** (CF/88, Art. 3º, IV), este parágrafo assegura que o regulamento do COMSEA criará **mecanismos ativos** para a participação de **grupos em situação de vulnerabilidade e minorias sociais**, como a **população LGBTQIA+ e as comunidades tradicionais**. A segurança alimentar e nutricional é um direito humano, e sua garantia exige a escuta e a consideração das necessidades específicas de todos os cidadãos, especialmente daqueles historicamente marginalizados ou em maior risco de insegurança alimentar.

Assim, esta Emenda fortalece o controle social sobre a Política Municipal de SAN, tornando o COMSEA um órgão mais plural, legítimo e capaz de deliberar sobre as políticas públicas com a equidade e a justiça social necessárias.